

O processo de adaptação da criança na creche: seu desenvolvimento afetivo, cognitivo e psicomotor

Rita de Cassia Cristofoleti
Priscila de Campos

66

Resumo: Este artigo faz uma análise dos processos que envolvem o trabalho pedagógico a partir do ingresso das crianças na creche, com o objetivo de discutir a adaptação de bebês e crianças pequenas no espaço da Educação Infantil, visto que este é um processo complexo e gradual e que envolve o bebê, seus pais, a educadora/educador e a instituição de Educação Infantil. A partir de uma pesquisa bibliográfica, discutiremos as ações e as práticas da Educação Infantil, com o objetivo de compreender como os profissionais que trabalham com os bebês e/ou crianças pequenas podem atuar de maneira adequada e significativa para que o processo de adaptação aconteça de forma mais humanizada, visando o desenvolvimento afetivo, cognitivo, psicomotor e social da criança. O procedimento metodológico utilizado para desenvolver o presente estudo foi uma pesquisa bibliográfica, a partir das leituras das obras de Winnicott (1982), Bowlby (1990), Erikson (1978), Rapoport (2005), Oliveira (2008), Galvão (1995), Negrine (2010), dentre outros.

Palavras-chave: Apego; Desenvolvimento Afetivo; Adaptação; Educação Infantil.

The child adaptation process in kindergarten: the affective, cognitive and psychomotor development

Abstract: This article analyses the processes that involves the pedagogical activities since the children initiation in kindergarten, with the objective of discussing the babies and little children adaptation on the space of Child Education, considering that this is a complex and gradual process involving the baby, its parents, the teacher and the early child education institution. Starting from a bibliographic research, we will discuss the actions and practices of child education, to comprehend how the professionals that work with babies and children can act in a proper and meaningful way so that the adaption process happens in a more humanized way, aiming the child affective, cognitive, psychomotor and social development. The methodological procedure used in this study was the bibliographic research, based on authors such as Winnicott (1982), Bowlby (1990), Erikson (1978), Rapoport (2005), Oliveira (2008), Galvão (1995), Negrine (2010), among others.

Key words: Affection; Affective; development; Adaptation; Child Education.

Introdução

Neste artigo, discutiremos as práticas que envolvem o processo de adaptação dos bebês e/ou crianças pequenas na creche, considerando ser este um momento importante do desenvolvimento da criança, assim como,



será discutido o trabalho pedagógico que é desenvolvido nos momentos iniciais de estadia do bebê na Educação Infantil.

Sabemos a partir dos estudos de Freitas (2006) e Oliveira (2008) que a história da Educação Infantil no Brasil acompanha de certa forma a história da Educação Infantil no mundo. As primeiras instituições de acolhimento à criança pequena surgiram com o propósito de dar assistência, principalmente à criança abandonada. A roda dos expostos foi a primeira delas. Foi “[...] uma das instituições brasileiras de mais longa vida, sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa História. Criada na Colônia perpassou e multiplicou-se no período Imperial e conseguiu manter-se durante a República”. (FREITAS, 2006, p. 53).

Vindo a ser definitivamente extinta somente na década 1950 no Brasil, a roda dos expostos era um sistema de assistência a crianças abandonadas e passou a existir em nosso país como solução para os inúmeros casos de abandono de crianças. (FREITAS, 2006).

Já as primeiras creches brasileiras surgiram em função das mudanças sociais que ocorriam com o desenvolvimento da sociedade brasileira, principalmente com a entrada da mulher no mercado de trabalho. Segundo Kuhlmann (2001),

[...] o ano de 1899 pode ser considerado o marco das primeiras propostas de instituições *pré-escolares* no Brasil, pois nesse ano foi fundado o Instituto da Proteção e Assistência à Infância – IPAI, no Rio de Janeiro, que posteriormente se espalhou por todo o país. Também foi inaugurada a primeira creche para filhos de operários – a creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado – RJ. (KUHLMANN, 2001 apud PALMEN, 2007, p. 231).

Pelo fato das crianças que frequentavam as primeiras creches brasileiras serem de origem economicamente desfavorecida, o “[...] trabalho com as crianças nas creches tinha assim um caráter assistencial-protetoral. A preocupação era alimentar, cuidar da higiene e da segurança física”. (OLIVEIRA, 2008, p. 100-101). Esse atendimento compensatório somente para as classes desprovidas de bens materiais marca o dualismo entre o assistencialismo e a visão educativa no atendimento às crianças pequenas.



A situação da sociedade sofre novas transformações, e a realidade da mulher também é alterada, ou seja, não só as mulheres pertencentes às classes mais empobrecidas buscam o trabalho fora de casa, mas também as pertencentes à classe média.

Assim quando,

[...] segmentos da classe média foram procurar atendimento em creche para seus filhos é que esta instituição recebeu força de pressão suficiente para aprofundar a discussão de uma proposta verdadeiramente pedagógica, compromissada com o desenvolvimento total e com a construção de conhecimento pelas crianças pequenas. (OLIVEIRA, 1995, p. 18).

A partir do início da década de 1960 com as mudanças que ocorriam em toda a sociedade brasileira e um maior acesso as informações do que ocorriam em outros lugares do mundo, o nosso país passou a ser influenciado também por novas visões de teóricos que apresentavam estudos a respeito do trabalho desenvolvido em creches e instituições infantis.

Assim, em função destas influências externas e com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1961, é que pela primeira vez ocorre a demonstração da preocupação com a Educação Infantil no Brasil.

Segundo os artigos 23 e 24, da LDB de 1961:

Art.23. A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins de infância.

Art.24. As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária. (BRASIL, 1961).

Entretanto, apesar de haver certa organização e estudo referente a este segmento da educação, somente uma década depois, ou seja, na década de 1970, é que efetivamente vai ocorrer um aumento no número de creches no Brasil.

Desta forma, no Brasil, o período da década de setenta do século XX, vai coincidir com a “[...] eclosão de vários movimentos sociais, e, em alguns



lugares, a creche ganhou enfoque diferente, passando a ser reivindicada como um direito das mulheres trabalhadoras”. (HADDAD, 2002, p. 30).

Esta realidade foi possível, muito em decorrência do aumento do número de mulheres no mercado de trabalho. Lembrando que, na década de 1970, surgiram os movimentos feministas que reivindicavam mudanças no atendimento à criança pequena.

O movimento feminista colocava em destaque a questão dos cuidados e responsabilidades para com a infância, exigia modificações nos papéis sociais tradicionais do homem e da mulher, bem como na dinâmica das relações familiares. O movimento de Luta por Creches, sob influência do feminismo, apresentava suas reivindicações aos poderes públicos no contexto de uma luta por direitos sociais e de cidadania, modificando e acrescentando significados à creche, enquanto instituição. Esta começa a aparecer como um equipamento especializado para atender e educar a criança pequena, que deveria ser compreendido como uma alternativa que poderia ser organizada de forma a ser apropriada e saudável para a criança, desejável à mulher e à família. A creche irá, então, aparecer como um serviço que é um direito da criança e da mulher, que oferece a possibilidade de opção por um atendimento complementar ao oferecido pela família, necessário e também desejável. (MERISSE, 1997, p.48).

As mudanças que ocorreram na sociedade brasileira ao longo dos anos, fizeram com que também ocorressem mudanças significativas na forma de se conceber o papel das instituições de Educação Infantil.

Porém, essas mudanças foram lentas e as creches passaram a atender as crianças provenientes das classes menos favorecidas economicamente, o que gerou poucas reivindicações para que ocorressem mudanças na visão da creche como instituição também educacional. Foi “[...] nesse contexto que estas instituições se ligaram inicialmente mais ao trabalho feminino do que ao direito da criança ao atendimento em espaços coletivos de educação e cuidado”. (PALMEN, 2007, p.233).

É no final da década de 1980, com a Constituição Federal de 1988 que o acesso de todas as crianças na Educação Infantil, assim como, a qualidade do atendimento oferecido às crianças, começam a ser pensados de maneira a não privilegiar classes sociais. Segundo o artigo 5º da Constituição Federal,



“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade”. (BRASIL, 1988, p. 05).

Já o artigo 29, da LDB 9394/96 afirma que: “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5⁶ (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. (BRASIL, 1996).

Podemos ressaltar que de certa forma, é recente o fato do atendimento à criança pequena no Brasil ter uma visão que privilegie o aspecto educacional e de seu desenvolvimento, pois foi somente com a garantia das legislações mais recentes, no final da década de 1990 que as discussões sobre o papel da Educação Infantil começaram a acontecer efetivamente.

Além disso, logo após a LDB de 1996, surge em 1998 o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil como documento norteador do Ministério da Educação para orientar e fornecer subsídios que contribuíssem no sentido de proporcionar uma melhor atuação no trabalho pedagógico com as crianças da Educação Infantil.

Segundo as orientações do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, em seu volume intitulado – Introdução - o olhar para as práticas da Educação Infantil precisa ser revisto, pois,

Modificar essa concepção de educação assistencialista significa atentar para várias questões que vão muito além dos aspectos legais. Envolve, principalmente, assumir as especificidades da educação infantil e rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, às responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante das crianças pequenas. (BRASIL, 1998a, p. 17).

Para tanto, se faz necessário, “[...] que a educação para as crianças pequenas deva promover a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança, considerando que esta é um ser completo e indivisível”. (BRASIL, 1998a, p.17-18).

⁶ Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013.



Já em 17 de dezembro de 2009, foi aprovada a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, a qual,

[...] instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) a serem observadas na organização das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil brasileiras, revogando-se a Resolução CNE/CEB nº 01/1999. A DCNEI (2009) anuncia, em seu artigo 2º, a sua articulação com as diretrizes gerais para a educação básica que foram aprovadas posteriormente. [...] o que primeiro nos chama a atenção na DCNEI (2009) é a apresentação das concepções de currículo, de criança e de Educação Infantil que norteiam a instituição das diretrizes para este nível educacional. (AMORIM & DIAS, 2012, p. 131).

Através deste documento ficou estabelecido que o currículo da Educação infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, articulando as dimensões educativas e de cuidado com as práticas pedagógicas destinadas a essa faixa etária.

As Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, Resolução nº 05/2009 provinda do Parecer nº 20/2009 regulamentam, além de outros, pontos que dizem respeito às propostas pedagógicas, aos saberes e fazeres dos professores, às práticas e projetos cotidianos desenvolvidos junto às crianças.

Fica assim evidente que, no atual ordenamento jurídico, as creches e pré-escolas ocupam um lugar bastante claro e possuem um caráter institucional e educacional diverso daquele dos contextos domésticos, dos ditos programas alternativos à educação das crianças de zero a cinco anos de idade, ou da educação não formal. (BRASIL, Parecer CNE/CEB nº 20/2009, p.4).

Nesse contexto, discutiremos a importância de se pensar no processo de adaptação dos bebês e das crianças pequenas na instituição de Educação Infantil, haja vista que seu ingresso na escola representa um momento específico de seu desenvolvimento, dando destaque para o trabalho pedagógico que é realizado na creche, na perspectiva do entrelaçamento entre cuidado e educação.



A adaptação dos bebês e da criança pequena na creche

Segundo Rapoport e Piccinini (2001), embora seja reconhecida a importância dos primeiros dias do ingresso e a necessidade de se desenvolver atividades diferenciadas com o bebê e a criança pequena⁷, ainda não existe um consenso para definir o termo adaptação nem as especificidades desse período.

Rapoport (2005), afirma que o período de adaptação de um bebê numa creche varia de um para o outro, ocorrendo de maneira gradual, não sendo possível impor-lhes um tempo pré-determinado, podendo este prolongar-se se houver uma dependência maior da mãe com o bebê e vice-versa. Ainda mesmo que esteja adaptado pode ocorrer retrocesso a esse período, ocasionado por fatores externos ou até mesmo pelo próprio desenvolvimento da criança.

Deste modo, para avaliar a adaptação de um bebê ou de uma criança à creche, é importante considerar o tempo em que estão na creche. O processo de adaptação não se resume aos primeiros dias, mas pode durar meses. Faltas frequentes ou irregularidades nos horários de entrada e saída dificultam a adaptação, que tende a se estender por mais tempo. (VITÓRIA & ROSSETTI-FERREIRA, 1993 apud RAPOPORT E PICCININI, 2001, p.88).

Além disso, as reações à separação nem sempre desaparecem quando a criança está satisfeita e adaptada à creche. Por exemplo, o período após as férias e as segundas-feiras quando as crianças deixam suas casas após o fim de semana com os pais são eventos que podem estar associados a retrocessos. (BALABAN, 1988a apud RAPOPORT E PICCININI, 2001, p.88).

Existe uma série de fatores pelos quais a adaptação do bebê e da criança pequena pode vir a ser dificultosa, como, por exemplo: em instituições que os pais não podem passar da porta ao entregar seus filhos aos educadores/educadoras, fazendo com que o bebê tenha que se habituar a um novo ambiente e novas pessoas de maneira forçada; em outros casos, há instituições que lidam com esse processo como algo comum, fazendo-se acreditar que o bebê ou a criança pequena logo se acostuma e o maior

⁷ O termo “criança pequena” é utilizado para definir a faixa etária de crianças entre 2 a 3 anos.



problema é a ansiedade da mãe, inexistindo qualquer tipo de preparo ou acompanhamento; ainda existe outra situação que provém dos próprios pais, que alegam não ter tempo para tal procedimento, e ainda existem outras instituições que afirmam realizar o processo de adaptação, porém os educadores/educadoras se dizem obrigados por normas das instituições, a retirar os filhos das mães, deixando-os chorando e a própria mãe ansiosa.

A adaptação é difícil não só para o bebê, mas também para a família e a educadora, pois implica reorganizações e transformações para todos. A forma como este processo é vivenciado pelas pessoas envolvidas influencia e é influenciada pelas reações da criança [...]. Desse modo, é altamente desejável que, no período de adaptação, a mãe, o pai ou outro familiar fique junto à criança para auxiliar na exploração desse ambiente estranho de novos relacionamentos com as educadoras e outros bebês. (RAPOPORT, 2005, pp 12, 13).

No entanto, é preciso que haja disponibilidade da mãe, do pai ou de outro familiar próximo ao bebê para ficar na escola por alguns dias, até que este esteja adaptado. Porém, é necessário que não haja interferência na relação do bebê com o educador/educadora e que esta pessoa que acompanha o bebê entenda seu papel de observador, não prolongando sua permanência por muito tempo, pois isso poderá acarretar dificuldade no processo de separação.

Também é indicado que se faça uma entrevista prévia com os pais, com a participação dos educadores/educadoras, pois eles obterão informações relevantes sobre o desenvolvimento do bebê, manias e hábitos, doenças, medicações utilizadas etc.

As entrevistas feitas pelas instituições antes do ingresso dos bebês também são consideradas bons momentos para fornecer informações aos pais sobre como ocorrerá o processo de adaptação, sobre as reações possíveis por parte deles e das crianças e sobre como a creche espera contar com a ajuda dos familiares. Para os pais, é excelente momento de esclarecimento e dúvidas. É também recomendável que os pais tragam o bebê para visitar a creche antes do período de adaptação, a fim de mostrar para a criança o novo ambiente e começar o seu processo de adaptação. (RAPOPORT, 2005, p.13).



Os bebês podem demonstrar diferentes reações durante o processo de adaptação. Dentre essas reações, a mais comum entre os bebês é o choro, este é manifestado tanto na entrada, quando são deixados pelos pais, quanto na saída, quando os pais voltam para buscá-los e, apesar de o educador e/ou educadora relatar que o bebê passou bem durante a estadia na instituição, os pais podem se sentir preocupados e culpados pelo choro da criança.

Mas o choro não é a única reação de perturbação possível por parte da criança. Gritos, mau humor, bater, deitar no chão, passividade, apatia, resistência à alimentação ou ao sono, comportamentos regressivos e a ocorrência de doenças também são indicadores frequentes de dificuldades na adaptação. (RAPOPORT E PICCININI, 2001, p.88).

Sendo assim, no próximo subitem vamos analisar os fatores que influenciam o processo de adaptação dos bebês e das crianças pequenas na creche, no sentido de pensar em práticas pedagógicas que colaborem de maneira positiva para a entrada da criança na instituição de Educação Infantil.

Fatores que influenciam o processo de adaptação

Rapoport (2005) destaca vários fatores que influenciam e até mesmo se relacionam entre si durante o processo de adaptação dos bebês e das crianças pequenas na creche. Entre eles destacaremos os seguintes: a segurança dos pais, a escolha da creche, o número de educadoras e educadores por bebê, a postura das educadoras e dos educadores, a idade do bebê, o temperamento e a segurança emocional do bebê.

No que se refere à segurança dos pais ao deixarem seus filhos na creche, podemos citar que estes podem vir a sentir culpa, ciúmes e até mesmo medo de que o filho o deixe de amar. O comportamento que a mãe pode vir a apresentar de espiar pela janela ou pela porta, logo após a despedida, pode gerar uma desconfiança na criança ao percebê-la, levando ao reinício do processo de separação entre mãe e criança, sendo prejudicial à adaptação.

No entanto, Castoldi (1977, p.18 apud RAPOPORT, 2005) constatou que os bebês que vinham de uma boa relação com sua mãe e de uma relação



próxima com a família, estavam mais propensos a ter uma boa adaptação. Sobre esta afirmação, podemos nos ancorar nos estudos de Erikson (1978), que afirma que a criança que for prontamente e carinhosamente atendida pela mãe ou por uma pessoa que desenvolva o papel social materno em sua necessidade, desenvolverá confiança nela e conseqüentemente nas outras pessoas que se aproximarem dela, tornando este fato uma influência favorável ao seu processo de adaptação. Porém, se a criança não for atendida prontamente e/ou ainda for negligenciada em suas necessidades, poderá não confiar na mãe e posteriormente nas outras pessoas, o que torna este fato uma influência desfavorável no processo de adaptação.

A ação pedagógica que é desenvolvida na Educação Infantil também contribui de maneira significativa para o processo de adaptação de bebês e crianças pequenas. Atividades como músicas, contação de histórias, brincadeiras envolvendo o corpo da criança, conversas que se produzam com os bebês e com as crianças pequenas são fatores que contribuem para uma aproximação maior entre educador e educadora com as crianças em processo de adaptação escolar e que favorecem a construção de vínculos.

Trabalhar com bebês é difícil e complexo. É necessário, para isso, muito mais do que simplesmente gostar de crianças. Significa ficar durante uma jornada inteira de trabalho (que varia, em média, de seis a doze horas) cuidando de bebês, tanto em termos de suas necessidades básicas, como desenvolvendo propostas pedagógicas. Além disso, é preciso paciência para situações corriqueiras que ocorram com bebês e crianças pequenas, como o choro, a birra e outras reações estabelecendo limites e demonstrando atenção e carinho. E tais exigências são ainda maiores durante o período de adaptação, quando os bebês estão mais sensíveis e vulneráveis. (RAPOPORT, 2005, p.20).

A idade do bebê também é uma variante diante da adaptação. Rodriguez (1981 apud RAPOPORT, 2005) em seus estudos, revelou que há pelo menos dois períodos pelos quais o bebê necessita de uma adaptação adicional.

O primeiro período se dá entre os seis meses e os doze meses de idade e coincide com o descrito por Bowlby (1990) como a “fase da manutenção da proximidade com uma figura discriminada”, ou seja, nesta fase o bebê já



discrimina a figura materna, sendo que, a proximidade de um estranho é limitada e cautelosa, fazendo com que o bebê se retraia com o contato.

O segundo período ocorre entre 16 e 22 meses e este coincide como descrito por Mahler (1982, p. 21 apud RAPOPORT, 2005) conhecido como “crise de reaproximação”. Neste período “a criança já caminha e experimenta afastar-se da mãe, o que ao mesmo tempo provoca-lhe prazer e ansiedade de separação fazendo-a retornar àquela”.

Como descreve Rodriguez (1981 apud RAPOPORT, 2005), por vezes, crianças aparentemente bem-adaptadas podem demonstrar algum tipo de retrocesso no processo de adaptação, reforçando a ideia de que este não é um processo simples e linear, como explicitado acima.

A forma com que pais e educadores lidam com o choro da criança também é um fator importante ao se pensar no processo de adaptação. Se os pais ou educadores/educadoras tentam acalmar um bebê de modo tranquilo, mesmo que o choro seja intenso, este poderá cessar, trazendo segurança ao bebê. Mas caso contrário, se os pais e os educadores/educadoras tratarem o choro do bebê com irritabilidade reforçará este comportamento de forma negativa, fazendo com que ele chore mais ainda, o que levará a dificultar ainda mais o processo de adaptação.

Em seus estudos Klein (1991 apud RAPOPORT, 2005) aponta que, o temperamento do bebê também pode exercer grande influência no comportamento dos pais e dos educadores, ou seja, um bebê calmo, com sono tranquilo poderá ter mães/pais descansadas, entretanto um bebê que não tem um sono tranquilo e chora intensamente, poderá ter uma mãe/pai estressada e irritada, com isso, conseqüentemente suas educadoras e seus educadores poderão ter a mesma reação de suas mães/pais.

O conjunto de fatos analisados com relação ao temperamento de um bebê pode ser plausível para uma possível explicação sobre o processo de adaptação, entretanto, quando houver um atendimento adequado, um bebê com temperamento difícil pode se adaptar mais facilmente do que outro bebê risonho e sociável, que não tenha o mesmo atendimento adequado e de qualidade.



Rapoport (2005) destaca também como um dos fatores que influencia o processo de adaptação, a segurança emocional dos bebês:

Os estudos permitem perceber que a entrada na creche envolve um conjunto de situações potencialmente estressante, especialmente para o bebê. Pode-se concluir que a adaptação é um processo complexo e gradual, em que cada criança precisa de um período de tempo diferente para se adaptar. Situações estressantes entre o bebê e o ambiente podem ocorrer se os pais e as educadoras não permitirem ao bebê se adaptar às novas situações em seu próprio ritmo. Além disso, o período de adaptação pode ser mais longo para bebês que recebem cuidados de má qualidade e/ou oriundos de famílias com muitos problemas. (RAPOPORT, 2005, p. 23).

Portanto, conclui-se que, os bebês podem ter múltiplas e dependentes reações durante o processo de adaptação. Pode-se considerar como já explicitado acima, um processo complexo e gradual, que depende da participação de todos (pais, educadores/educadoras e instituição), como agentes facilitadores da adaptação escolar.

As práticas pedagógicas e as rotinas na educação infantil como facilitadoras do processo de adaptação

É preciso considerar as práticas dos educadores e das educadoras no desenvolvimento do processo de adaptação dos bebês e das crianças pequenas, pois para ambos (educadores e bebês) este momento implica em dificuldades e stress. Para que este processo ocorra de forma mais tranquila é necessário que o educador/educadora (re) organize a rotina e o ambiente para receber uma nova criança e conseqüentemente seus familiares.

Para Wallon⁸ (2005 apud GALVÃO, p.60), a emoção tem origens nas dimensões orgânica e social, sendo assim, é através dela que o sujeito se socializa. A sobrevivência de um bebê depende totalmente de outras pessoas

⁸ Henry Wallon nasceu na França em 1879, viveu em Paris por toda sua vida, onde morreu em 1962. Antes de chegar à psicologia, passou pela filosofia e medicina e ao longo de sua carreira, foi ficando cada vez mais explícita sua aproximação com a educação. Sua vida foi marcada por uma intensa produção científica que buscou integrar atividade científica e ação social. A obra de Wallon utilizado neste estudo foi “**Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**”, na qual discutimos a influência das emoções durante a inserção e adaptação do bebê em uma creche. (WALLON, 2005 apud GALVÃO, p. 15, 16).



para suprir suas necessidades, pois os mesmos são incapazes até mesmo de se virar quando estão numa posição desconfortável, quando bem pequenos.

Seus movimentos expressam disposições orgânicas, estados afetivos de bem-estar ou mal-estar. A vivência de situações desagradáveis, como fome, cólica ou desconforto postural expressa-se em espasmos, contorções, gritos. Diferentemente, o bem-estar decorrente de situações como saciedade, o sabor do leite ou o contato com o seio da mãe expressa-se por uma movimentação menos tensa, mais harmoniosa: os olhos abrem bem, os lábios esboçam um sorriso e, quando a satisfação é intensa, as pernas se mexem como se estivessem pedalando no vazio. (WALLON, 2005 apud GALVÃO, p.60).

Sendo assim, as pessoas mais próximas do bebê vão significando e interpretando as suas necessidades fisiológicas como fome, sono, choro e, aos poucos, as reações orgânicas são transformadas em simbólicas pelo significado que o outro dá ao comportamento do bebê. Além de atender as necessidades do bebê, o adulto também busca se comunicar sorrindo, conversando e cantando para ele, desenvolvendo assim uma comunicação afetiva através de componentes corporais e expressivos.

Com isso, quando um bebê vai para a creche é imprescindível que o educador e a educadora consigam desenvolver esta comunicação afetiva, para poder interpretar suas emoções e atendê-lo em suas necessidades.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998a), no primeiro dia de ingresso da criança na creche, os educadores/educadoras devem ter uma atenção especial voltada para ela, para que esta se sinta bem acolhida. Atividades como preparar o ambiente, o berço identificando-o com o nome da criança, providenciar alimentos adequados à faixa etária, permitir a permanência de objetos de transição tais como: chupeta, mordedor, fralda que costuma cheirar etc, podem facilitar o vínculo do bebê com o educador ou a educadora.

É indispensável neste processo que o educador/educadora planeje uma rotina, com isso o bebê ou a criança pequena passará a constituir uma memória histórica do contexto social ao qual está sendo inserida, pois será neste ambiente que a criança terá a oportunidade de conviver e relacionar-se com outras crianças.



As especificidades dos cuidados com os bebês em sua inserção na creche, não dispensam a atenção especial que os educadores/educadoras devem apresentar nos momentos da alimentação, do sono, das trocas e do banho.

É pertinente afirmar que o mesmo adulto que cuida do bebê, também o alimenta, pois nesta fase o vínculo é fundamental, segundo o RCNEI⁹ (1998b). É aconselhável que o bebê receba a mamadeira no colo para que haja contato corporal, fortalecendo o vínculo entre a criança e o adulto, visto que, como nos assegura Winnicott (1982), uma prática de alimentação na mamadeira que for isenta de contato, poderá acarretar uma experiência negativa, até mesmo colocando a vida do bebê em risco, caso ele se afogue.

O banho, que é necessário principalmente para crianças que usam fraldas e passam muitas horas na creche, também pode ser um recurso para relaxar, refrescar, proporcionar conforto e cuidado com a pele do bebê, assim como, o desenvolvimento do esquema corporal.

Sendo o banho parte integrante da rotina dos bebês, é necessário que este seja bem planejado e propicie experiências, interação com o adulto, prever condições materiais, como o uso de banheira devidamente higienizada, água limpa com temperatura agradável, objetos de uso pessoal seguido de cuidados para evitar infecções comunitárias.

As crianças que já andam e que permanecem em pé com segurança e conforto, podem tomar banho de chuveiro em companhia de outras, respeitando-se a necessidade de privacidade de algumas delas e de atenção individualizada que cada uma requer. É importante prever tempo para essa atividade, permitindo que as crianças experimentem o prazer do contato com a água, aprendam a despir-se e a vestir-se, a ensaboar-se e enxaguar-se. Para que a criança possa ir gradativamente aprendendo a cuidar de si, é preciso que as condições ambientais permitam que ela possa alcançar o registro do chuveiro, a saboneteira, a toalha, o espelho etc. Por outro lado, as condições ambientais e materiais precisam garantir a segurança das crianças e prever o conforto dos adultos que as ajudam, para evitar quedas, choques elétricos e queimaduras com água quente ou dores no corpo ocasionadas pelo mau posicionamento do adulto na hora de exercer as atividades com as crianças. (BRASIL, 1998b, p.57e 58).

⁹ Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.



Durante a troca das fraldas, o educador/educadora deve corresponder às expressões da criança, como sorrir, gesticular, conversar e se movimentar, porém não deve ser prolongado para não tornar-se uma prática mecanizada, e não prolongar demais o tempo de espera para a troca das outras crianças.

Os procedimentos com a higiene e proteção da pele, proporcionam bem-estar às crianças e permitem que elas percebam a sensação de estar seca e molhada. A observação, pelo professor, da frequência das eliminações, do aspecto do cocô e do xixi e do estado da pele da criança fornece dados sobre a saúde e o conforto de cada criança e aponta para outros cuidados que forem necessários. (BRASIL, 1998b, p. 58 e 59).

A hora do sono também tem um papel fundamental na saúde do bebê e em particular no sistema nervoso. O ritmo e a necessidade variam de criança para criança, dependendo da sua faixa etária, do clima, do estado de saúde, entre outras particularidades. Muitas vezes as crianças chegam bem cedo na creche ainda com sono, são encaminhadas para um berço ou colchonete, e se necessário levam consigo algum objeto de apego para se sentirem mais seguras.

Os horários de sono e repouso não são definidos a priori, mas dependem de cada caso, ou de cada tipo de atendimento. A frequência em instituições de educação infantil acaba regulando e criando uma constância. Mas é importante que haja flexibilidade de horários e a existência de ambientes para sono ou para atividades mais repousantes, pois as necessidades das crianças são diferentes. Desaconselha-se manter os bebês e crianças que estão dormindo, ou desejando fazê-lo, em ambientes muito claros ou ruidosos e recomenda-se prever brincadeiras, atividades, materiais e ambiente adequado para aqueles que não querem dormir no mesmo horário. (BRASIL, 1998b, p. 60).

Para que o momento do sono seja adequado à especificidade de cada bebê, é necessário que se respeite a individualidade de cada um, pois alguns dormem assim que colocados no berço, outros precisam ser acalentados e ninados com toques e canções de ninar, para induzir o sono. Pode ser que a criança também necessite de seu objeto que tem significado especial, que a faça se sentir segura, como o uso de um paninho, chupeta entre outros que possam ser trazidos de casa.



Negrine (2010) afirma que, além dos cuidados essenciais descritos acima, também é de suma importância que os educadores/educadoras nessa fase de crescimento e desenvolvimento da criança, desenvolvam quatro princípios psicomotores fundamentais: estimular a comunicação; permitir vivências de prazer sensório-motriz; avivar a sensibilidade corporal através do toque corporal; oferecer segurança emocional.

Segundo Negrine (2010), sabe-se que a comunicação de um recém-nascido é limitada e que apesar dos processos de maturação ocorrerem internamente, também é necessário que haja estímulos no meio em que o mesmo esteja inserido. Segundo as concepções das teorias socioculturais, o desenvolvimento humano é decorrente de dois processos, um é denominado de *processo de maturação* e o outro *processo de aprendizagem*.

Do primeiro, diz-se que sua origem é biológica. É um processo interno. O segundo, o de aprendizagem é decorrente dos estímulos socioculturais. É um processo externo, mas é aquele que, segundo a teoria de Vygotsky, serve de estímulo ao primeiro para se desenvolver. Essa premissa teórica vai em direção contrária do que pensam os psicólogos contemporâneos e que tomam acento na hegemonia do processo biológico como premissa do desenvolvimento humano. (NEGRINE, 2010, p.37).

Com isso, entende-se que o processo de aprendizagem estimula e faz avançar o processo de maturação, sendo assim, é possível pensar que o estímulo à comunicação da criança deve ter início desde a mais tenra idade.

O estímulo para se comunicar ocorre no bebê quando um adulto conversa com ele, toca-lhe o corpo, fala olhando nos olhos, quando sorri e lhe demonstra alegria. Negrine (2010) afirma que o papel da mãe e do ambiente familiar no aspecto da estimulação da comunicação, quanto do professor e da professora ao acolher um bebê é imprescindível para seu desenvolvimento.

Também é necessário, para o bom desenvolvimento do bebê, permitir vivências de prazer sensório-motriz. Para Negrine (2010), a sensória motricidade é um requisito para a evolução da motricidade voluntária em crianças na faixa etária de 0 a 2 anos. No entanto, neste período surge a



movimentação rasteira¹⁰, que é o pilar para o processo evolutivo da motricidade.

O estímulo que se dá no primeiro ano de vida é essencial para o desenvolvimento global da criança, ou seja, a experiência da movimentação rasteira, oportunizando e criando condições para que as mesmas se movimentem sem o auxílio do outro. Com isso, vai se formando a autoestima, fazendo com que o bebê supere uma fase de dependência para outra de independência, como diz Winnicott (1982).

Para estimular este processo evolutivo da motricidade é necessário permitir o contato da criança com o solo, seja este, forrado com colchão ou em uma superfície lisa e de preferência de madeira, evitando o uso de sapatos nestes espaços, pois as crianças não têm a resistência de um adulto quanto a seu sistema imunológico.

Também deve se oferecer objetos de diferentes formas, tamanhos, texturas e cores, para que as crianças manipulem, empurrem com os pés, podendo também estimular a criança a buscar o objeto e não o entregando quando solicitado.

O educador/educadora, além de estimular a criança com mímica, gestos, olhares e palavras, também deve equilibrar e desequilibrar seus corpos, pois a sensação de queda no solo provoca sensação de prazer e serve como base inicial do domínio do corpo.

Para Negrine (2010), além dos outros sentidos perceptivos (visão, audição, gustação e olfato), a somatossensitiva¹¹ exerce grande influência no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças e favorece o desenvolvimento da criança desde o início de sua vida, quando bebê.

Avivar a sensibilidade da criança, fazendo massagem nas costas, no tronco, braços e pernas, na cabeça e nos pés, deveria ser uma ação desenvolvida pelas mães, familiares e educadores/educadoras infantis, pois o contato pele a pele com a criança proporciona uma sensação de prazer, além

¹⁰ Movimentação rasteira: é o deslocamento de um bebê de um lugar para o outro, mesmo sendo um pequeno percurso.

¹¹ Somatossensitivo: *sensitivo* é relativo aos sentidos, no sentido de sentir; *soma* é palavra de origem grega que significa *corpo*.



de serem excelentes meios de demonstrar as diferenças entre a criança e o mundo exterior.

De acordo com Negrine (2010), é importante que os pais sejam orientados pelos educadores sobre tocar o corpo do bebê com frequência, podendo utilizar as mãos ou até mesmo objetos de mediação de várias formas e texturas, seja durante a higienização, alimentação ou até mesmo numa atividade lúdica.

A segurança afetiva é constituída e se estrutura por afetos, emoções e sentimentos que correspondam às necessidades psíquicas e biológicas do bebê e da criança pequena, exercendo grande influência nos processos de desenvolvimento e aprendizagem. (NEGRINE, 2010).

É muito importante que o bebê ou a criança pequena, quando inserida numa instituição, crie um vínculo afetivo com pelo menos um educador ou uma educadora, pois só assim a criança poderá sentir-se segura e capaz de estabelecer vínculos de confiança também com outras pessoas da escola, favorecendo a evolução dos processos cognitivos e psicomotores e auxiliando o desenvolvimento do mundo simbólico e imaginário.

Portanto, segundo Negrine (2010):

As interações entre educador e criança pequena devem se dar através da comunicação que privilegie o olhar. As interações olho no olho entre adulto e criança favorece a formação de vínculos positivos, desde que o adulto fale com calma, tranquilidade, cordialidade e sempre esboçando sorrisos. Sorrir para uma criança é uma forma de demonstrar serenidade, alegria e, ao mesmo tempo, de contagiá-lo com suas expressões corporais, cujo foco deve ser sempre o rosto do adulto. (NEGRINE, 2010, p. 41 e 42).

Para criar este vínculo e segurança afetiva, além de ser o mediador das aprendizagens, é indispensável que o educador e a educadora atendam o bebê e a criança pequena em todas as suas necessidades, seja de higiene, alimentação, cuidados e educação.

Essas ações pedagógicas, de desenvolvimento afetivo e psicomotor descritas acima, podem influenciar de maneira significativa e positiva no processo de adaptação e socialização do bebê e da criança pequena na creche, além de proporcionar bem-estar e conforto, visando o desenvolvimento



físico, afetivo, cognitivo e social, desde que elas sejam respeitadas na sua individualidade e em suas especificidades.

Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi o de compreender os processos de adaptação dos bebês e crianças pequenas na Educação Infantil, destacando também a construção de vínculos afetivos entre educadores, educadoras e crianças, além da importância de se conhecer o desenvolvimento infantil e preparar ações e práticas pedagógicas que levem ao desenvolvimento afetivo e psicomotor da criança.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998a), para que ocorra uma boa adaptação dos bebês, é necessário que as práticas pedagógicas dos educadores e educadoras, sejam voltadas para receber esta nova criança de modo a se (re) organizar a rotina, o ambiente e dando atenção especial nas especificidades dos cuidados com relação aos momentos de alimentação, troca de fraldas, do sono e do banho.

Compreendemos que o processo de adaptação de uma criança na creche é determinado por diversos fatores e depende da participação de todos (pais, educadores e instituição), como agentes facilitadores da adaptação.

A entrada da criança na creche precisa ser pensada com muito cuidado pelos educadores e pelas educadoras, pois se configura como um momento de separação de seus pais ou de alguém que represente o papel social familiar. Se a adaptação for feita de maneira adequada, a permanência da criança na instituição de Educação Infantil tende a ser tranquila, o que colabora também para o seu crescimento afetivo, psicomotor, cognitivo e social.

Referências

AMORIN, Ana Luísa Nogueira de; DIAS, Adelaide Alves. **Currículo e educação infantil: uma análise dos documentos curriculares nacionais.** Espaço do currículo, v.4, n.2, p.125-137, Setembro de 2011 a março de 2012.

BOWLBY, John. **Apego e perda.** Vol1. 2.ed., São Paulo: Martins Fontes, 1990.



BRASIL. **Parecer CNE/CEB Nº 20/2009**. — revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – Ministério da Educação- Conselho Nacional da Educação Básica - Brasília – DF. Aprovado em 11/11/2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> acesso em 12/jun/2012.

_____. **Resolução CNE/CEB Nº 5/2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Básica. Brasília, 17 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> acesso em 29/abr/2012.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. v.1. Brasília: MEC/SEF, 1998a.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. v.2. Brasília: MEC/SEF, 1998b.

_____. **Lei 9394** – LDB: Lei de Diretrizes e Bases, de 20 de Dezembro de 1996.

_____. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei 4024** – LDB: Lei de Diretrizes e Bases, de 20 de Dezembro de 1961.

ERIKSON, E.H. **Infância e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1978.

FREITAS, Marcos Cesar de (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. Ed. Cortez: São Paulo, 2006.

HADDAD, Lenira. **A creche em busca de identidade**: Perspectivas e conflitos na construção de um projeto educativo. São Paulo: Loyola, 2002.

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon**: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 14. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

MERISSE, Antonio. As origens das instituições de atendimento à criança: o caso das creches. In: MERISSE, A. et. al. **Lugares da Infância**: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato. São Paulo: Arte & Ciência, 1997, p.25-51.

NEGRINE, Airton da Silva; NEGRINE, Cristiane Soster. **Educação infantil**: pensando, refletindo, propondo. Caxias do Sul-RS: Educs, 2010.

OLIVEIRA, Zilma R. **Educação Infantil**: Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Educação Infantil**: muitos olhares, 2.ed.- São Paulo: Cortez, 1995.



PALMEN, Sueli H. C. **A implementação de creches nas universidades públicas estaduais paulistas: USP, UNICAMP, UNESP.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, SP. 2007.

RAPOPORT, Andrea. **Adaptação de bebês à creche: a importância da atenção de pais e educadoras.** Porto Alegre: Mediação, 2005.

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, Cesar Augusto. O Ingresso e Adaptação de Bebês e Crianças Pequenas à Creche: Alguns Aspectos Críticos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 14, n. 1, 2001, p. 81-95. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo.** Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982.

Rita de Cassia Cristofoleti

ricacri@uol.com.br

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) na área de Ensino e Práticas Culturais. Especialista em Gestão Educacional pela Faculdade Cenecista de Osório - FACOS (2014). Mestre em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (2004). Graduada em Psicologia - Formação de Psicólogo pela Universidade Metodista de Piracicaba (2001). Professora do Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo/Centro Universitário Norte do Espírito Santo – UFES -CEUNES.

Priscila de Campos

prycampos2@hotmail.com

Aluna do curso de Pedagogia da Faculdade Cenecista de Capivari/São Paulo. Professora da Educação Infantil do município de Capivari/São Paulo.

Recebido em: 10.10.2016

Aprovado em: 03.11.2016

